

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO-ES – 22ª DO ANO DE 2023.**

Aos vinte e seis (26) dias do mês de dezembro (12) de dois mil e vinte e três (2023), às 19 horas, reuniu-se a Câmara Municipal de São José do Calçado-ES, sob a presidência do vereador Roberto João Mozelli Calhau Vervloet, que verificou no livro de presença o comparecimento dos seguintes representantes deste Legislativo Municipal: Pedro Paulo Silva de Souza, Wagner Vieira França, Alcemar Dutra Pires, Marven Menezes Lins, Jarmas de Almeida Leite, José Manoel Lopes da Silva, Jurandi Medeiros de Athaídes e Janaina Luzia O. Pimentel Passalini. Havendo número legal o Presidente declarou abertos os trabalhos da presente sessão e convidou a todos para a execução dos hinos Nacional e do Município. Logo após pediu ao 1º Secretário, Vereador Pedro Paulo para proceder a leitura da ata da sessão ordinária anterior que foi aprovada sem ressalvas. Cumprimentou a cada um dos colegas Vereadores, cumprimentou também todos que estão no Plenário e aos que estão assistindo pelo canal oficial da Câmara. Informou aos servidores temporários do município, que se encontra na Câmara Municipal um Projeto de Lei que trata da renovação das contratações temporárias para o ano de 2024 e comentou que esse projeto está pendente de análise da Comissão de Servidores Públicos, e ficou decidido entre os Vereadores que amanhã às 15 horas haverá uma sessão extraordinária para deliberar a matéria. Não havendo PEQUENO EXPEDIENTE passou-se a **ORDEM DO DIA: Projeto de Lei nº 026/2023** “Estima receita e fixa as despesas para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”. Proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 026/2023, visando alterar o QDD – Quadro de detalhamento da despesa. O Presidente da Câmara informou que este projeto trata-se do orçamento do município para o ano de 2024 e está apresentando proposta de emenda modificativa sobre o orçamento da Câmara que se encontra vinculado ao orçamento do município, onde propõe que fiquem anulados cem mil reais da ficha 01 (um), que trata da reforma e ampliação da Câmara em setenta mil reais e da

ficha 02 (dois) que trata da aquisição de móveis e equipamentos para o funcionamento do Legislativo e fica suplementada a ficha 14 (quatorze) no valor de cento e quarenta mil reais, que trata do auxílio alimentação e a ficha 12 (doze) no valor de trinta mil reais para manutenção das atividades legislativas. E como o orçamento foi feito há alguns meses foi observada a necessidade de modificar essas fichas. Ouvido o Plenário primeiramente o Presidente submeteu a votação o Projeto de Lei nº 026/2023 na íntegra o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente submeteu à votação a proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 026/2023, a qual obteve 04 (quatro) votos favoráveis dos Vereadores Wagner, Alcemar, Marven e Jurandi. E 04 (quatro) votos contra dos Vereadores Pedro Paulo, Jarmas (Fifi), José Manoel e Janaina Beline. Havendo empate coube ao Presidente votar, sendo o mesmo favorável a proposta de emenda, ficando, portanto, a emenda aprovada. **O Presidente anunciou que foi aprovado o Projeto de Lei nº 026/2023 e também foi aprovada a emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 026/2023. Requerimentos de autoria da Vereadora Janaina: a) nº 257/2023** solicitando ao Secretário Municipal de Educação, Sr. Ciro Passalini de Abreu, que encaminhe a esta Casa cópia do extrato do FUNDEB 70, referente aos meses de outubro e novembro de 2023; **b) nº 258/2023** solicitando ao Sr. Prefeito que seja avaliada a possibilidade da administração realizar a construção de algumas casas populares no terreno pertencente ao município, no Distrito do Divino Espírito Santo – Jacá. O Vereador Wagner parabenizou a Vereadora pelos requerimentos apresentados e comentou que no início do ano passado esteve em Vitória no lançamento do Governo do Estado das casas populares para qual município iria fazer adesão, logo após conversou com o Prefeito e o mesmo não demonstrou interesse, só que essa é uma demanda que só pode partir do Executivo, os Vereadores pedem, mas se o Executivo não tiver interesse não vem para o município. Disse ainda que na época conversou com o Prefeito de Apiacá e o mesmo fez a adesão e aumentou o valor da construção de cada casa e acredita que no meado do ano ele estará entregando 30 (trinta) casas populares. Sendo assim, solicita ao Prefeito que faça a adesão a esse programa que é de tamanha importância para o município. Lembrou que na sessão passada apresentou um requerimento em relação ao programa “Minha casa minha vida”

onde o município vai poder fazer adesão para comprar o terreno e o processo licitatório para a construção da casa. Realçou que também é um programa muito importante do Governo Federal em parceria com o Governo Estadual e Município, sendo assim, também solicita ao Executivo que faça parte desse programa. Comentou também que o Governo Federal está quitando toda a dívida do financiamento do “minha casa minha vida” da pessoa que estiver inscrito nos programas sociais. E isto está sendo pouco divulgado e sugeriu as pessoas que ainda não foram contemplados que procure a assistência social do município para receber esse benefício. **Requerimentos nº 257 e 258/2023 aprovados. Requerimentos de autoria do Vereador Alcemar: a) nº 259/2023** reiterando pedido de construção de uma ponte na comunidade Santa Terezinha; **b) nº 260/2023** reiterando com urgência a necessidade do patrolamento das estradas que conectam as comunidades do município. A condição atual dessas vias tem impactado negativamente a locomoção dos moradores e o escoamento de produtos, prejudicando o desenvolvimento e bem-estar das comunidades. O autor dos requerimentos apresentou diversas fotos demonstrando a realidade dos locais para os quais solicita os melhoramentos. **Ambos os requerimentos foram aprovados** com 07 (sete) votos favoráveis dos Vereadores Pedro Paulo, Wagner, Alcemar, Marven Jarmas (Fifi), Jurandi e Janaina. O Vereador José Manoel não estava presente no Plenário. **Requerimentos de autoria do Vereador Marven: a) nº 249/2023** solicitando ao Secretário Municipal de Saúde, Sr. Julierme da Costa Almeida que apresente junto ao Poder Legislativo, o relatório com o quantitativo de demandas (atendimentos) de serviços auxiliares de diagnóstico em laboratório clínico e/ou anatomia patológica e citopatologia de acordo com a tabela do SUS/SIGTAP, objeto de credenciamento junto ao Município de São José do Calçado (Chamada Pública 000001/2023 – Licitação 00002054 – Processo nº 004211/2023), do período de 2021 a 2023; **b) nº 261/2023** reiterando requerimento nº 124/2023 onde solicita o pagamento de insalubridade referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2023 aos profissionais que desempenham suas funções na limpeza urbana do município de São José do Calçado. **Aprovados** com 05 (cinco) votos favoráveis dos Vereadores Alcemar, Jurandi, Marven, Wagner e Janaina. Não estavam em Plenário os Vereadores

Jarmas (Fifi), Pedro Paulo e José Manoel. **Palavra franqueada.** O Presidente concedeu a palavra a Vereadora Janaina que usando a Tribuna desta Casa após cumprimentar a todos comentou que era para ser pautado o Projeto de Lei nº 028/2023, que visava a contratação dos servidores temporários para a Prefeitura e suas Secretarias, porém cabe ao Presidente fazer a pauta. E justificou que esse projeto não foi pautado, discutido e votado porque ele se encontra na Comissão de Servidores, deixou claro que enquanto membro da Comissão ainda não foi comunicada do despacho do projeto conforme determina as tramitações do regimento, mas amanhã ele será votado. Finalizando suas falas acrescentou que a Câmara Municipal sempre trabalhando em prol do nosso povo. Na seqüência usou a palavra o Vereador Jurandi que após cumprimentar a todos falou a respeito do projeto das contratações temporária e pediu que fosse passado um vídeo onde o Prefeito fala que vai conceder um reajuste salarial para os servidores. Apresentou também um outro vídeo onde o Prefeito fala a respeito das diárias. O vereador Jurandi comentou que o Prefeito trocou as diárias por ressarcimento e falou também sobre as diárias recebidas pelo motorista do Prefeito. Fez um desabafo acerca das diversas situações que estão acontecendo no município. O Presidente da Câmara fez as suas considerações acerca do Projeto de lei nº 028/2023 e acrescentou que em sua opinião o Projeto carece de adequações porque não podem permitir que vire uma coisa desordenada e sem critério legal. Ressaltou também a questão do reajuste salarial para os servidores efetivos do município, porque a todo momento o Prefeito vai a publico falar que não tem dinheiro e de repente ele solicita a Câmara a criação de mais cinqüenta vagas temporárias antes de dar o reajuste para os servidores. E perguntou que garantia podem ter que os servidores vão ter o reajuste dia 05 de janeiro. Perguntou também que garantia podem ter de que os servidores vão ter uma reforma administrativa. Falou também a respeito das diárias. A Vereadora Janaina relatou que nunca recebeu uma diária e que respeita quem faz o uso. Com a palavra o Vereador Marven, após cumprimentar a todos parabenizou o Vereador Jurandi pela sinceridade, agradeceu o apoio dos policiais militares nesta noite, agradeceu também a presença dos servidores contratados e dos efetivos do município. Falou sobre a sua indignação diante da situação que está ocorrendo no município com muitas mentiras e

fakenews que estão sendo veiculadas. Deixou claro para os servidores contratados que podem ficar tranquilos e que fizeram com eles uma pressão desnecessária, tirando essas famílias de suas casas para comparecerem na Câmara, porque os Vereadores jamais vão votar contra a vaga de emprego e isso é mais uma mentira que foi espalhada. Está sendo a pior gestão para os servidores. Disse ainda que no projeto para contratação o Executivo pediu mais cinquenta vagas, e diante disso o Vereador Marven questionou se não tem dinheiro para dar o reajuste para os servidores efetivos, como quer contratar mais. Disse ainda que espera que o Executivo pague o abono para os servidores antes do final do mês. Deixou claro que Vereador não tem direito ao abono, e que fizeram uma covardia com os servidores da Câmara que sempre receberam abono no final do ano, denunciaram junto ao Tribunal de Contas e é bem provável que eles não recebam nada. Falou de sua felicidade em saber que seu pedido foi atendido com relação ao município conceder um curso para os profissionais da creche e da educação. Finalizando suas falas agradeceu a Deus pela oportunidade, desejou a todos que 2024 seja um ano próspero e com muito amor, acrescentou que a falta de empatia de ser humano está assustadora, muitos agem por interesse político e isso o deixa muito magoado porque a população tem que ser respeitada. Usando a palavra o Vereador Wagner cumprimentou a todos, agradeceu aos servidores da Casa, aos prestadores de serviço, a todos que estiveram e aos que ainda estão presentes nesta Sessão, a polícia militar que sempre dá total apoio sempre que tem uma sessão mais conturbada. Reforçou as palavras do Vereador Marven dizendo que Vereador não recebe e nunca recebeu abono, inclusive os servidores desta Casa também não vão receber porque foi feito uma grande covardia com eles, ressaltou que o orçamento da Câmara é independente para que ela possa trabalhar, sempre foi dado abono para seus servidores e esse ano foi votado e aprovado por todos os Vereadores desta Casa e ouve várias denúncias e exposição dos servidores, inclusive a rede Gazeta veio filmar nossos servidores que prestam um serviço maravilhoso nesta Casa expondo ao ridículo e depois foram mandados através de whatsapp vídeos e figurinhas com os servidores da Câmara e isso é muito humilhante e chegaram ao ponto de enviar denúncia para o Tribunal de Contas, onde o Tribunal enviou uma nota para o Executivo e o mesmo vetou o

pagamento do abono para os servidores da Câmara. Deixou claro que Vereador não recebe abono, não recebe 13º, nem férias e nem por sessão extraordinária. O Vereador Wagner comentou sobre a importância do servidor passar o natal com o seu salário no bolso e agradeceu ao Prefeito por ter atendido ao seu requerimento nesse sentido. Fez um breve relato sobre uma reunião que tiveram com o assessor do Prefeito a respeito da retirada da cobrança previdenciária dos servidores aposentados onde o mesmo falou que a Prefeitura não teria dinheiro para arcar com essa despesa e que a Certidão do município ficaria retida, onde rebateu tal afirmação mostrando a ele que o município fez diversos contratos de assessoria que paga e sobra essa pequena despesa, então esse tipo de pressão não é verdadeira. Relatou que recebeu telefonema de alguns pais de alunos pela forma como foi conduzida a formatura, onde foram feitos diversos discursos políticos, e o Secretário de Educação, Ciro, falou sobre nepotismo. E esclareceu que nepotismo é o favorecimento de parentes, a contratação de parentes pelo órgão público ao invés de pessoas mais qualificadas, o Secretário de Educação falou que tinha nove parentes dele contratados e ele foi notificado pelo Ministério Público na época em que ele recebeu os doze mil e setecentos reais de abono que o Prefeito deu pela Secretaria de Educação em 2021, o qual essa Câmara aplaudiu os professores porque a verba é recurso do FUNDEB, exclusivamente para pagar os profissionais da educação, então ele deveria ter explicado que contratou nove parentes dele ao invés de colocar outras pessoas de fora da família. O Vereador Wagner disse ainda que eles deveriam falar sobre política aqui na Câmara e estão convidados para vir. Ainda o Vereador comentou que o FUNDEB é um recurso que vem para o município exclusivamente para a Educação e precisa gastar, no mínimo, setenta por cento desse valor para pagamento do professor, então quanto mais próximo de cem por cento ele pagar mais valorizado esta sendo o professor e quanto mais próximo aos setenta por cento menos valorizado e isso é o que está acontecendo em Calçado. De acordo com os dados do Tribunal de Contas Calçado aplicou no ano de 2023 até o momento 70.74% (setenta ponto setenta e quatro por cento) do FUNDEB para o profissional do magistério e em 2022 ele aplicou 81.20% (oitenta e um ponto vinte por cento) quando em 2021 foi pago o piso do magistério e depois de 2021 foram feitas outras leis estabelecendo

o piso do magistério, enfim é obrigação do município pagar o piso do magistério, mas Calçado não paga. Então os professores de São José do Calçado estão sendo desvalorizados porque o dinheiro está sendo gasto com outra coisa. Falou ainda que o município tinha até 2025 para assumir a escola em tempo integral e assumir também o ensino fundamental, porém foi feito às pressas e lotaram tudo na Escola Manoel Franco sobrecarregando os servidores e professores. O município assumiu responsabilidade que momentaneamente não tinha condição, porque era uma coisa que poderia ter sido planejada. Citou o percentual dos municípios vizinhos que valorizaram muito mais os professores, e Calçado está entre os últimos no percentual gasto com os professores, sendo que é um dinheiro de direito dos professores que está sendo usado para outra coisa e está comprovado no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Solicita ao Secretário de Educação, que também é professor, que valorize os professores e que no início de 2024 mande um projeto para esta Casa para que seja pago o piso do magistério. Ainda o Vereador Waguinho falou a respeito da prestação de contas do município ao Tribunal de Contas, em 2021 foi feita a prestação de contas normalmente, em 2022 teve a omissão da prestação de contas do município, da folha de pagamento e da Saúde, sendo que as duas primeiras estão em nome do Prefeito e a da Saúde com o nome do gestor que é o Secretário de Saúde Julierme. Continuando, comentou que em 2023 também teve omissão de prestação de contas do município e da Saúde. Disse ainda que eles falam que Vereador está perseguindo, porém nenhum Vereador foi ao Tribunal de Contas especular. Relatou que o Tribunal de Contas enviou para esta Casa parecer a respeito das contas do ex-prefeito e conversando com a Vereadora Janaina e com o Vereador José Manoel eles disseram que tem que seguir a recomendação do Tribunal, diante disso o Vereador Waguinho disse que vai querer ver a reação desses colegas Vereadores se caso o parecer do Tribunal for rejeitando essas contas do atual Prefeito. Comentou ainda que não gosta dessa situação de contas rejeitadas porque isso não é bom para o município. Aproveitou a oportunidade que está falando sobre contas e agradeceu aos servidores desta Casa, ao assessor contábil Adriani e ao assessor jurídico Dr. Leandro pelos seis anos que foi Presidente desta Casa de Leis e como Gestor teve todas as suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas. Precisam ter zelo

com o dinheiro público. Comentou ainda que vieram dois recursos para o município construir uma sede para a APAE e uma unidade de saúde no Bairro João Marcelino de Freitas (Vala), porém foi feito apenas o prédio da APAE no lugar onde deveria ter sido construída a unidade de saúde e o dinheiro dos convênios foi gasto, sendo assim convidou o Prefeito para que compareça a esta Casa para explicar o que aconteceu. Deixou claro para os servidores contratados que podem ficar tranquilos, e considerou constrangedor o fato deles terem sido pressionados. Finalizando suas falas desejou a todos um feliz ano novo, falou que tem esperança que o Prefeito realmente mande um projeto concedendo reajuste para os servidores municipais e estão aguardando que seja uma coisa boa. Pediu desculpas aos colegas Vereadores porque pode ter magoado de alguma forma por ser meio estúpido e explosivo, mas com certeza agiu pensando no bem da coletividade e da população. Desejou que 2024 seja um ano de paz, de perdão, de reconhecimento e de saúde. Finalizando a palavra franqueada usou a Tribuna desta Casa o Presidente, Vereador Roberto João, que após cumprimentar a todos mais uma vez, deu ciência a população que está promulgada a Lei 2.453, que isenta de contribuição previdenciária os aposentados do IPESC que ganham até o teto remuneratório do INSS. Esclareceu que isso é correção de um equívoco cometido pela atual administração. O Prefeito não vetou e não sancionou, então transcorrido o prazo regimental a Câmara promulgou a Lei. Esclareceu também que existe uma regra equivocada de quando o servidor que recebe abaixo do salário mínimo aposenta ele perde a complementação do salário, e isso precisa ser revisto quando vier o projeto para reajuste dos servidores. O Presidente comentou a respeito do ocorrido na data de hoje, onde os contratados do município foram pressionados a comparecer nesta sessão e disse que observa a capacidade de manipulação de algumas pessoas de tentar maquinar a opinião pública contra essa Câmara como se os Vereadores tivessem a intenção de inibir as contratações temporárias do município, o que não é verdade. O que os Vereadores querem antes de mais nada é respeito. O Executivo e o Legislativo são poderes independentes. O Executivo usou hoje do poder da máquina para pressionar os servidores a vir nesta Casa, colocando o servidor numa situação desconfortável, como se os Vereadores fossem desempregar essas pessoas. Todas as vezes que o Executivo

mandou os projetos pontuais de necessidade de contratação a Câmara aprovou. O que não podem admitir é o excesso injustificado, porque precisam entender a Prefeitura do ponto de vista social, econômico e fiscal. A Prefeitura tem a sua receita e o seu percentual de folha, até onde pode desempenhar suas contratações de modo a manter a saúde fiscal e financeira do município e o Executivo enviou um projeto aumentando o quantitativo de contratos temporários no município. Sendo assim encaminhou o Projeto a Comissão de Servidores para promover as alterações necessárias, será apresentado um projeto substitutivo para poder manter aquilo que já era praticado em anos anteriores, sanando algumas distorções que existem no projeto. É direito do Vereador apreciar um projeto e somente votar quando estiverem se sentido seguros para votar. Os Vereadores têm um compromisso social com São José do Calçado porque entendem que é um município atrasado economicamente, com poucas oportunidades de emprego, poucas oportunidades para os jovens e que a Prefeitura cumpre esse papel de sanar em parte, não em um todo porque não é possível, mas de sanar em parte esse problema de empregos no município. Infelizmente essa é a realidade. Mas também não podem desconsiderar que os servidores efetivos estão há doze anos sem reajuste. O atual Prefeito prometeu na campanha que daria o reajuste, em fevereiro de 2022 apresentou uma proposta de reforma administrativa para colocar o servidor público no cabresto, e questionou se ele teria coragem de encaminhar o mesmo projeto para a Câmara de novo porque 2024 é ano político. E na época enfrentou o projeto e como relator da Comissão de Justiça emitiu o Parecer rejeitando a matéria, porque aquele projeto simplesmente iria desfazer o plano de carreira do servidor. Alguns servidores do último concurso receberam esse ano a sua assiduidade e o seu quinquênio e se a Câmara tivesse aprovado aquela reforma em 2022 eles não teriam recebido. O Vereador Roberto João comentou ainda que o Prefeito usa uma fala como se a Prefeitura estivesse sem dinheiro, porém a Prefeitura tem um contrato de R\$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) de medicina do trabalho, de um médico do trabalho que não atende em São José do Calçado. Comentou ainda que os remédios estão sendo direcionados na Secretaria de Saúde. Comentou ainda que recentemente a Prefeitura fez um contrato de mais de R\$900.000,00 (novecentos mil reais) com a

empresa Solos Tecnologia, que não sabem nem o objeto do contrato. Tem mais de sessenta mil reais por mês pagos com assessorias, pessoas que ocuparam cargos comissionados na administração foram exoneradas e ganharam contratos de assessoria na Prefeitura. Falou também a respeito dos ressarcimentos e das diárias pagas pela Prefeitura. Pediu que parem com o discurso hipócrita porque não adianta querer colocar a opinião pública contra a Câmara quando a Prefeitura está cheia de situações erradas. Falou ainda que a Câmara suporta diversas situações para não prejudicar o município. Em momento nenhum a Câmara ataca o governo ela simplesmente responde as ofensas que a ela são dirigidas. Falou também a respeito do processo seletivo que foi interrompido pelo Executivo. Pediu ao Prefeito que possa repensar atitudes com relação a Câmara porque ele sempre foi tratado com respeito. Finalizando a palavra franqueada usou a tribuna desta Casa o Vereador Alcemar, que após cumprimentar a todos, agradeceu o Vereador Jurandi por falar a respeito do projeto das contratações que está em estudo na Comissão a qual também faz parte, vão emitir os pareceres até amanhã e vão encaminhar para o Presidente da Câmara para que seja levado a votação. Também falou a respeito da formatura do Colégio Manoel Franco, assim como os demais colegas que compareceram ao evento comentou que ficou bem constrangido com a situação porque o Prefeito e o Secretário fizeram um discurso inapropriado para o momento. Agradeceu aos pais e parabenizou as professoras que falaram sobre a educação. Deixou claro que nesse governo não tem vaga de emprego e não fica atrás do Prefeito, está Vereador porque o povo o escolheu, votou e confiou nele. Falou sobre a responsabilidade desta Casa de votar o projeto de contratação e disse que fica envergonhado de ver Secretários e coordenadores mandarem esses servidores, que já estão cansados, virem para a Câmara. E perguntou aos Secretários porque eles mesmos não vieram conversar com os Vereadores para se informarem sobre qual atitude seria tomada. Lembrou que no dia 13 de dezembro essa Casa repassou ao município quatrocentos mil reais para ser distribuído com os servidores, porém não foi concedido e gostaria de saber do Prefeito qual o motivo. Falou também que o Prefeito anunciou que em janeiro irá enviar um projeto para aumento de salário para os servidores e disse que quer votar com o maior prazer porque os servidores já estão

esperando por isso há bastante tempo. Perguntou também sobre o piso do magistério e da enfermagem que não estão sendo pagos. Comentou ainda que em 2022 e em 2023 pediu ao Prefeito que seja pago o ticket alimentação para os servidores e o mesmo informou que não tem dinheiro. Relatou ainda que vem um recurso somente para pagar gratificação para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de endemias e que não pode ser gasto com outra coisa. Falou sobre algumas atitudes do Prefeito. E finalizando suas falas desejou um feliz ano novo a todos e comentou que as pessoas de bem estão acompanhando o trabalho dos Vereadores. O Presidente da Câmara desejou um feliz ano novo para todos e desejou que 2024 seja um ano diferente e de muitas conquistas para todos. Anunciou que amanhã esta Casa irá se reunir em uma sessão extraordinária às 15horas. Em seguida encerrou os trabalhos da presente Sessão. Nada mais havendo a relatar, eu Pedro Paulo Silva de Souza, 1º Secretário, lavro a presente ata que está devidamente assinada.

**Roberto João M. C. Vervloet**  
**Presidente**

**Pedro Paulo S. de Souza**  
**1º Secretário**